

## Estudo filológico-lexical de um ofício do governador da capitania do Ceará sob a perspectiva da análise do discurso crítica

*Philological-lexical study of a letter from the governor of the captaincy of Ceará from the perspective of critical discourse analysis*

Erivaldo Sales Freitas\*  
Universidade Estadual do Ceará  
Fortaleza, Ceará, Brasil

Expedito Eloísio Ximenes\*  
Universidade Estadual do Ceará  
Fortaleza, Ceará, Brasil

**Resumo:** Este artigo objetiva realizar um estudo lexical de um ofício exarado pelo governador da Capitania do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, no ano de 1800, a partir do método filológico e da perspectiva da Análise do Discurso Crítica. O documento encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, disponível em ambiente virtual para qualquer pesquisador. O referido ofício é direcionado ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, e relata a causa da deserção dos “índios” das vilas do Ceará, onde se achavam aldeados. A partir do relato da autoridade, elaboramos o seguinte questionamento: de que modo os elementos lexicais materializam o discurso colonizador de poder e de dominação contra os nativos no referido texto? O trajeto teórico-metodológico empreendido para fundamentar nosso artigo estruturou-se nas interfaces entre Filologia (Spina, 1977; Banza, 2017; Ximenes, 2020; Gumbrecht, 2021; Warren, 2023), os estudos do léxico (Biderman, 1996; Abbade, 2012; Aragão, 2016) e os pressupostos da Análise do Discurso Crítica (van Dijk, 2013; Wodak, 2003 e 2016). Os achados na presente investigação direcionam-nos para o entendimento de alguns aspectos que respondem a nossa indagação: (i) o léxico usado pelo *scriptor* contribui para uma caracterização negativa dos povos nativos, sugerindo inferioridade em relação aos costumes europeus; (ii) considerando o contexto sócio-histórico da colonização, o *scriptor*, discursivamente, descaracteriza as práticas dos povos nativos e, ao mesmo tempo, justifica a dominação e, conseqüentemente, a necessidade de tutelar os autóctones sob seu controle. Esperamos contribuir com análises críticas no âmbito dos estudos filológicos, em diálogo com os estudos lexicais e discursivos de textos históricos, sobretudo daqueles que se referem aos povos nativos do Brasil cujos discursos das instituições de poder perduram ao longo do tempo e ainda ressoam na atualidade.

**Palavras-chave:** Filologia. Léxico. Análise do Discurso Crítica. Dominação. Poder.

**Abstract:** This article aims to conduct a lexical study of a document written by the Governor of the Captaincy of Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, in 1800, using the philological method and the perspective of Critical Discourse Analysis. The document is located in the Overseas Historical Archives (AHU), and is available online for any researcher. The document is addressed to the Secretary of State for Navy and Overseas Affairs, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, and reports the cause of the desertion of the “Indians” from the villages of Ceará, where they were living. Based on the authority’s report, we formulate the following question: how do

\* Doutorando vinculado à Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Fortaleza/Ceará/Brasil.

\* Doutor vinculado à Universidade Estadual do Ceará e ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (UECE/PosLA) – Fortaleza/Ceará/Brasil.

the lexical elements materialize the colonizing discourse of power and domination against the natives in the aforementioned text? The theoretical-methodological path taken to support our article was structured on the interfaces between Philology (Spina, 1977; Banza, 2017; Ximenes, 2020; Gumbrecht, 2021; Warren, 2023), lexical studies (Biderman, 1996; Abbade, 2012; Aragão, 2016) and the assumptions of Critical Discourse Analysis (van Dijk, 2013; Wodak, 2003 and 2016). The findings in the present investigation direct us to understand some aspects that answer our question: (i) the lexicon used by the scriptor contributes to a negative characterization of native peoples, suggesting inferiority in relation to European customs; (ii) considering the socio-historical context of colonization, the scriptor discursively mischaracterizes the practices of native peoples and, at the same time, justifies domination and, consequently, the need to protect the indigenous peoples under their control. We hope to contribute with critical analyses in the field of philological studies, in dialogue with lexical and discursive studies of historical texts, especially those that refer to the native peoples of Brazil whose discourses of the institutions of power endure over time and still resonate today.

**Keywords:** Philology. Lexicon. Critical Discourse Analysis. Domination. Power.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da tese em andamento, a qual tem como título “Estudo filológico-lexical e discursivo de textos sobre ‘as vilas de índios’ no cenário cearense dos séculos XVIII e XIX (1760-1820)”. Essa pesquisa reúne um *corpus* de textos situados no contexto do Diretório Pombalino, contemplando uma série de tipos documentais (ofícios, portarias, cartas etc.). Para este artigo, selecionamos um documento que compõe o *corpus* de análise, cujo objetivo é analisar de que modo os elementos lexicais materializam o discurso colonizador de poder e de dominação contra os nativos.

O cenário histórico do texto situa-se no contexto do Diretório Pombalino. Esse Diretório – abrangendo todo o território da colônia –, conforme Camargo (2013), transformava as aldeias em vilas de “índios”, as quais eram administradas por um *diretor de índios*, nomeado diretamente pelo governador da capitania. Camargo (2013) destaca que essa administração voltada para os “índios” fazia parte do projeto centralizador implementado pelo conde de Oeiras, conhecido mais tarde por Marquês de Pombal, primeiro ministro do rei D. José I. Uma das principais implicações da criação do Diretório estava relacionada à instauração de diversas disposições que, na prática, buscavam determinar o modo de vida dos nativos, na tentativa de submetê-los aos padrões culturais instituídos pela administração portuguesa. No contexto cearense, foram estabelecidas pelo Diretório Pombalino cinco vilas de “índios” (Vila Viçosa Real, Vila Real de Soure, Vila Real de Arronches, Vila Real de Messejana e Vila de Monte Mor o novo) e três povoações de “índios” (Monte Mor o velho, Almofala e Bayapina).<sup>1</sup>

O material para investigação especificamente proposto neste trabalho trata-se de um ofício exarado, no dia 01 de abril de 1800, pelo governador da Capitania do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcelos, cuja data tópica é a vila da Fortaleza. O documento analisado é oriundo do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU, disponível no ambiente virtual [https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=006\\_CE&pagfis=6626](https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=006_CE&pagfis=6626), e trata-se de um ofício enviado ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, D.

---

<sup>1</sup> AHU – caixa 9, documento 592. Mapa das vilas de brancos e índios da Capitania do Ceará (1 de abril de 1783).

Rodrigo de Sousa Coutinho, em que se relata a causa da deserção ou fuga dos “índios” das vilas onde se achavam aldeados.

A fim de atender ao propósito deste trabalho, fizemos uso do arcabouço teórico-metodológico da Filologia (Spina, 1977; Banza, 2017; Ximenes, 2020; Gumbrecht, 2021; Warren, 2023) para leitura, transcrição, edição e interpretação do manuscrito, bem como dos estudos do léxico (Biderman, 1996; Abbade, 2012; Aragão, 2016), além dos pressupostos da Análise do Discurso Crítica (van Dijk, 2013; Wodak, 2003 e 2016), que ampliaram a investigação de forma mais profunda dos discursos das estruturas de poder daquela época.

Diante disso, este artigo tem o papel de contribuir com a recuperação da memória cearense no que se refere à questão dos processos de dominação vinculados aos povos nativos. Assim, a relevância deste trabalho se materializa, preliminarmente, pelo fato de recuperar informações de fontes documentais históricas para estudos e pesquisas relacionados ao contexto do princípio do século XIX, no cenário cearense, tendo em vista que o texto editado enuncia fatos históricos e elementos linguísticos da referida época. Assim, fontes dessa natureza podem servir de base para o conhecimento ampliado a respeito de registros relevantes das relações sociais do contexto mencionado, de modo a subsidiar a construção de uma visão crítica a respeito de atitudes de um passado que ainda reverbera no presente.

Nessa perspectiva, afirmamos que o comportamento das relações sociais que se manifesta no supracitado texto é crucial, em razão de sermos influenciados por elas, tendo em vista que, mesmo modificadas, ainda ressoam na atualidade e influenciam a sociedade brasileira. Assim, a fim de compreendermos o contexto atual, faz-se imprescindível voltarmos ao passado, com o fito de desvendar ou esclarecer o modo de construção das relações sociais das quais somos herdeiros, para, desse modo, refletirmos, além das questões linguísticas, sobre diversas formas de dominação e de preconceitos que, discursivamente, estão presentes no acervo lexical dos textos, a fim de reconstruir as práticas sociais, através da análise linguística e discursiva, com vistas a identificar as formas de resistência à dominação imposta aos povos nativos.

## 2 APONTAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

A realidade social hodierna – tal como a concebemos – é fruto não somente das práticas do presente, mas sobretudo dos desdobramentos das ações realizadas no tempo pretérito, em virtude de estarmos em um constante *continuum*, isto é, grande parte do que vivenciamos e praticamos atualmente decorre de algo que se originou no passado e que se perpetua na contemporaneidade. Desse modo, a compreensão de aspectos históricos é essencial para entender as contradições da atualidade. Nesse sentido, ao lançarmos o olhar para o passado, dentre tantos elementos passíveis de estudo, chama a nossa atenção, no processo de colonização do Brasil, os modos pelos quais a coroa portuguesa lidou com a questão dos povos nativos. Os registros presentes nos documentos históricos destoam daquela visão relativista de Holanda (1995), em raízes do Brasil, sobre o processo de violência praticado contra os povos nativos no contexto brasileiro. Em um trecho da sua

obra, o autor afirma o seguinte: “Mais do que nenhum outro povo da Europa, [o português] cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros” (Holanda, 1995, p. 64).

Na verdade, as fontes documentais apresentam uma série de ações e de procedimentos, até mesmo legais, sugerindo que os “índios” seriam “ferramentas” que deveriam estar a serviço do processo colonizador. Uma dessas ações foi a instituição do Diretório Pombalino. Almeida (1997) enfatiza que o Diretório representou um programa de colonização, na medida em que instituía, para os nativos, as práticas do colonizador. Um dos elementos que corroboram a afirmação de Almeida (1997) é o fato de, através do Diretório, ser fixado o uso exclusivo da língua portuguesa. Vejamos um trecho do documento:

Será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoçoens o uso da Lingua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Índios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da Lingua própria das suas Naçoens (Portugal, 1758, p. 4).

Evidentemente, essa medida tinha o intuito de buscar inibir que os nativos usassem seus idiomas para resistir às investidas colonialistas. Nesse sentido, considerando a complexidade dessas associações, a vinculação entre as construções linguísticas, notadamente as lexicais e discursivas, é componente fulcral para uma análise filológica na qual seja possível identificar os sentidos e as práticas de dominação que emergem dos textos históricos a respeito dos nativos no contexto das vilas de “índios”. Dentro dessa perspectiva interdisciplinar de enxergar o problema, faremos a seguir uma incursão no campo das áreas em que nos apoiamos em nosso estudo.

## 2.1 INTERFACES ENTRE FILOLOGIA, LÉXICO E DISCURSO

Em relação à Filologia, um primeiro elemento a ser ressaltado direciona-se ao ponto de vista apresentado por Spina (1977); o autor destaca que ela tem uma função transcendente, relacionada à reconstrução de informações culturais de um povo. Essa atribuição à Filologia decorre do fato de que, ao estudar textos históricos, além de elementos estritamente linguísticos presentes nos documentos, é possível identificar aspectos da história e da cultura de uma sociedade, pelo fato de o texto documentar o escrito de um determinado período histórico, repercutindo peculiaridades referentes à época de sua construção.

Nessa perspectiva, cabe destacar a centralidade do texto nos estudos filológicos, já que é a partir dele que o filólogo tem a possibilidade de abrir caminhos para acessar aspectos socioculturais, linguísticos e discursivos de determinado contexto histórico. Partindo dessa ótica, trazemos à baila o pensamento de Banza (2017), segundo a qual à atividade filológica cabe contribuir para o entendimento não só do texto em si, mas

também do período de onde a produção escrita se origina, desnudando, assim, informações históricas, culturais e linguísticas de uma sociedade. Banza (2017, p. 17) evidencia ainda que

Assim, o dever do filólogo é, pois, antes de mais, o de preservar o patrimônio cultural, ‘lato sensu’, de uma determinada sociedade e o seu trabalho só faz sentido se for colocado à disposição dessa mesma e de outras comunidades. Esta vertente é, desde sempre, a vertente básica da Filologia, uma das suas formas mais antigas, a mais clássica e, para muitos, a mais autêntica.

Percebe-se, por conseguinte, que a autora reconhece o papel de preservação que a Filologia possui em relação ao patrimônio cultural de determinado povo, o que de fato é inegável, tendo em vista que, no estudo de um texto – seja concernente a um contexto distante ou próximo à contemporaneidade –, desde o processo de edição, transpondo-o para um novo suporte, até mesmo nas análises do período de onde ele provém, correlacionando com elementos linguísticos e lexicais, torna-se possível o resgate de informações que dificilmente poderiam vir à tona de outra forma. Ademais, conforme afirma Banza (2017), a sociedade usufrui do resultado desse trabalho, sobretudo em razão de ter à disposição, além do próprio texto em versão acessível, dados referentes à sua gênese, oportunizando a uma comunidade e às pessoas em geral um conhecimento ampliado a respeito do que é declarado naquela produção escrita.

Apesar dessa ótica básica em relação à Filologia, há uma multiplicidade de conceituações e discussões vinculadas ao termo. Fato atestado por diversos autores. Gumbrecht (2021, p. 24) afirma que há “uma variedade às vezes confusa e ampla de significados e usos”. Segundo ele destaca, algumas definições dicionarizadas recorrem ao sentido etimológico da palavra para designar Filologia como *fascínio pelas palavras*, incorporando, assim, uma ampla gama de estudos linguísticos. Por outro lado, o mesmo autor descortina uma visão mais específica, enfatizando que ela se relaciona a uma espécie de *curadoria* do texto pretérito, entrando em cena a relação com o contexto histórico daquele produto escrito, o processo de edição e, principalmente, os comentários analíticos. Um aspecto a ser ressaltado do pensamento de Gumbrecht (2021) é sua percepção de que as práticas filológicas evocam um “desejo de presença”, no sentido não somente físico, mas principalmente na busca pela aproximação com o passado, que pode também se manifestar no presente, tendo em vista o caráter contínuo dos processos históricos.

Os múltiplos usos ou a polissemia do termo Filologia, nas palavras de Silva (2002), estabeleceu duas dimensões de atuação desse campo, designadas de Filologia *stricto sensu* e Filologia *lato sensu*, termos adotados por alguns autores como Santiago-Almeida (2011) e Ximenes (2020). A primeira concepção está voltada à questão da crítica textual, no sentido de promover a restituição do texto original, notadamente se houver a existência de diversas versões de um mesmo texto, que podem ter passado por várias mãos e sofrido, conseqüentemente, alterações, justificando, assim, a necessidade do reestabelecimento da originalidade do texto genuíno. Por outro lado, no estudo filológico *lato sensu*, o foco reside nas “dimensões mais amplas e interdisciplinares em que são consideradas interpretações que corroboram para uma leitura integral do texto e das suas realidades externas que

complementam os sentidos que possam ser transmitidos” (Ximenes, 2020, p. 23). Dessa forma, essa perspectiva coaduna-se com o pensamento de Banza (2017) sobre o estudo centrado no texto, buscando identificar não somente informações linguísticas, mas também culturais, históricas, sociais, paleográficas, entre outras, que emergem do texto histórico. Isso reforça a imprescindibilidade do estabelecimento de vínculos com outras áreas do saber, reafirmando a interdisciplinaridade. Portanto, mesmo havendo uma tendência por parte de muitos filólogos em voltarem-se para o estudo da edição crítica do texto, defendemos, outrossim, que a prática da *Filologia lato sensu* possui igual importância, já que o processo de tornar inteligível o texto histórico, em todos os seus aspectos (linguísticos, discursivos, sociais etc.), é também uma forma de expressar o desejo de presentificação teorizado por Gumbrecht (2021). Essa dimensão *lato sensu*, inclusive, é crucial para a análise dos textos pertencentes ao *corpus* deste trabalho.

Nessa esteira de pensamento, convém enfatizar que, no campo dos estudos atuais da Filologia, manifesta-se algo de singular relevância: o engajamento, no sentido de associar questões ou problemas sociais ao objeto de estudo da Filologia. Um prenúncio disso é o ensaio de Warren (2023). A autora defende que os textos históricos estão permeados de ideologias, cuja materialização ocorre em discursos que expressam relações de poder. Para nomear essa guinada dos olhares da Filologia, a estudiosa cunha o termo *pós-filologia*: “a pós-filologia concentra-se nas dinâmicas de poder que dão forma a essas representações” (Warren, 2023, p. 218)<sup>2</sup>. É exatamente nessa ótica que se assenta o nosso olhar filológico, pois consideramos uma condição *sine qua non* compreender os textos que compõem o nosso *corpus* como sendo oriundos de um contexto situado historicamente em relações de poder e de dominação, cujas evidências podem ser manifestas neles, a partir de aspectos linguísticos, sobretudo lexicais, vinculados ao discurso, razão pela qual se faz imperioso trazer reflexões que busquem desvelar as dinâmicas que envolvem não só a construção do que é expresso nos documentos, mas também a realidade social de onde eles emanam, pois, ao nosso ver, apenas editar e descrever os manuscritos coletados representa simplesmente a reprodução das práticas e dos discursos de dominação, limitando, portanto, o horizonte de possibilidades de análise. Por isso, esse olhar que busca ultrapassar o viés da reprodução ou mesmo de uma espécie de “sacralização” do texto histórico é crucial para tornar possível direcionar discussões que possam, além de desvelar as práticas de diversos tipos de violência e de dominação presentes nos textos, tensionar tais realidades que perduram ao longo do tempo.

Ainda no que tange à “pós-filologia”, Warren (2023) indica que há uma preocupação em discutir e teorizar a respeito das condições materiais que deram forma a determinada construção textual, sendo possível vinculá-la aos estudos concernentes à cultura e à sociedade em geral. Essas condições requerem do pesquisador o conhecimento ampliado sobre as práticas que interferiram na concretização do que é expresso no texto. Considerando tais aspectos, nota-se uma vertente que vincula a atividade filológica à busca pela problematização e ruptura de discursos hegemônicos que estão permeados de relações de poder e, conseqüentemente, manifestam situações de opressão e violência. Sobre isso, Warren (2023, p. 198) afirma:

---

<sup>2</sup> Tradução

Peggy Knapp propôs uma “filologia reciclada” que argumenta de forma semelhante que a “mera leitura” no nível lexical pode romper com suposições críticas e históricas. Esse tipo de leitura faz da filologia uma participante ativa na ruptura dos discursos hegemônicos e, portanto, de poder. De fato, Edward Said fez da filologia parte integrante de sua crítica ao império (embora frequentemente como uma resposta ao pós-modernismo). Assim, as críticas filológicas, pós-modernas e pós-coloniais, compartilham compromissos com a história, com métodos para confrontar as relações entre universais e particulares, e com desafios à hegemonia. As histórias dessas disciplinas também estão ligadas aos colonialismos do século XIX na Europa, enquanto seu presente está vinculado às instituições acadêmicas metropolitanas.<sup>3</sup>

Dialogando com outros autores, como Said e Knapp, evidencia-se que a autora adota uma postura que sugere a busca por um compromisso de engajamento da Filologia na busca de um rompimento dos discursos de poder e de dominação a que os textos históricos podem estar sujeitos. Exatamente por isso que ela aproxima o labor filológico com as críticas pós-modernas e pós-coloniais.

Tal noção, que é tomada por nós como ponto de partida, alinha-se, portanto, às noções atuais de Filologia, nas quais se vislumbra o componente da criticidade e do engajamento. Segundo destacam Sacramento e Santos (2017), baseando-se em Said (2007), a leitura e a análise de um texto sob a ótica filológica possui também uma dimensão ética, na medida em que o filólogo atua deliberadamente no processo interpretativo dos textos. Nesse sentido, sua posição deve estar alicerçada em um compromisso ético, entendido como o ato de reconhecer que as formas textuais que são objeto de análise situam-se em um contexto permeado de ações de resistência, as quais devem ser consideradas no processo de interpretação.

Desse modo, é igualmente necessário ressaltar que essas questões são materializadas mediante a identificação dos aspectos linguísticos presentes nos documentos, relacionando-os com a sócio-história que permeia sua gênese. Por essa razão, a importância do olhar filológico se evidencia, pelo fato de a língua ser o veículo do discurso e, conseqüentemente, de todos os elementos passíveis de estudo dos textos históricos, sobretudo no que concerne ao léxico, celeiro de informações sociais e culturais de uma determinada época e contexto. Nesse sentido, nos itens lexicais presentes em documentos históricos, subjaz, através do viés discursivo, a expressão material de práticas vivenciadas pelas sociedades passadas, sendo, por essa razão, um importante meio para a compreensão aprofundada de determinados fatos pretéritos.

A respeito dessa vinculação entre léxico e fatos sociais, Matoré (1973, p. 68), ressalta que há um “grau de materialidade e de intelectualidade dos fatos individuais e sociais exprimindo-se pelo vocabulário”. Dessa forma, as ocorrências lexicais em um texto, seja histórico ou não, indicam não somente a percepção subjetiva do seu autor, mas principalmente as visões e práticas sistemáticas de uma sociedade, cuja manifestação ocorre nas produções escritas. Fairclough (2001), em seu modelo de análise tridimensional do discurso, destaca que o vocabulário constitui-se em uma categoria de

---

<sup>3</sup> Tradução

análise, tendo em vista que há a possibilidade de formar coesão de sentido mediante a associação de palavras pertencentes ao mesmo campo semântico. Assim, a estrutura discursiva de um texto pode conter itens lexicais que direcionam o leitor para a ideia que se pretende transmitir.

Conforme destaca Abbade (2012), há uma indissociabilidade entre cultura e língua, cuja principal relação ocorre a partir das palavras, as quais são a porta de entrada para o conhecimento das práticas de um povo, já que do vocabulário de documentos históricos emergem informações vinculadas ao contexto de produção, tornando possível a recuperação da memória e da historicidade contidas neles. Sob essa ótica, faz-se necessário atentarmos para o fato de que uma produção escrita está permeada da intencionalidade de seu produtor; exatamente por isso, a visão crítica e analítica do pesquisador é primordial, notadamente no que tange à relação entre o contexto de produção e a identificação dos ditos e não ditos do texto.

Nesse sentido, dada a imprescindibilidade de vincular o texto ao seu contexto de produção, situando devidamente as construções discursivas dos documentos que compõem nosso *corpus* ao seu contexto histórico, lançamos mão das perspectivas da Análise do Discurso Crítica de modo que esta venha a contribuir teórica e metodologicamente para nossa pesquisa.

Conforme o pensamento de van Dijk (2013, p. 353), a ênfase da Análise do Discurso Crítica recai no reconhecimento do papel do discurso nos modos de “produção e reprodução do abuso de poder ou da dominação”. Dessa forma, vislumbra-se o caráter engajado desse enfoque dos estudos do discurso, sobretudo em razão de procurar desvelar as práticas discursivas que evidenciam relações desiguais que, conseqüentemente, podem manifestar também violências, as quais se evidenciam por meio da linguagem. Por essa razão, o texto é o elemento central da Análise do Discurso Crítica, exatamente por residir nele a expressão do discurso.

Diante disso, torna-se possível estabelecer liames entre a Filologia e alguns pressupostos da Análise do Discurso Crítica, sobretudo pelo fato de ambas contemplarem o texto em seus estudos. Embora um dos focos centrais da Filologia seja a análise de textos históricos, é fundamental reconhecer que ela, ao promover a conservação, a edição e o estudo de um texto de um período pretérito, analisa, sobretudo, os elementos discursivos, a fim de identificar, nos constituintes linguísticos, registros de práticas sociais de uma sociedade passada que podem, de um lado, reconstituir fragmentos de uma realidade antiga e, de outro, ainda ressoar e interferir na contemporaneidade.

Dentre essas abordagens mencionadas, salientamos a perspectiva adotada por Wodak (2004). Para essa autora, a linguagem é uma (dimensão da) prática social, permeada de construções ideológicas que podem evidenciar relações de poder, o qual, por sua vez, possibilita a evidenciação de violências, já que, nessas relações desiguais, sempre há alguém ou um grupo social que sofre em razão das práticas sociais hierarquizadas. Um dos mecanismos pelos quais as construções discursivas mantêm e potencializam as relações desiguais de poder é a ideologia, cujo conceito é essencial para os estudos da Análise do Discurso Crítica. Nesse âmbito, esse componente é compreendido, por Resende e Ramalho (2006), como um modo pelo qual as construções simbólicas são usadas para a constituição do significado mediado pela linguagem. Van Dijk (2015, p. 54)

ressalta que “as ideologias são sistemas de crenças compartilhadas por grupos com a finalidade de promover seus interesses e orientar suas práticas sociais e políticas”. Essa perspectiva de van Dijk (adotada por nós neste trabalho) é relevante em razão do fato de contemplar o aspecto da intencionalidade dos usos ideológicos, pois contribui para a compreensão de que segmentos sociais (da atualidade e do passado) que dispõem de recursos – materiais e simbólicos – para a expressão de seus pensamentos podem conduzir e pautar as narrativas a respeito de grupos sociais historicamente marginalizados, mulheres, negros, povos nativos etc.

É exatamente nesse tópico que podemos fazer o uso da abordagem histórico-discursiva de Ruth Wodak de modo a complementar à nossa análise de cunho filológico. Segundo Wodak (2003):

Ao investigar temas e textos históricos, organizacionais e políticos, a abordagem histórica do discurso tenta integrar a vasta quantidade de conhecimento disponível sobre fontes históricas com o contexto das esferas sociais e políticas nas quais os "eventos" discursivos estão inseridos. Além disso, analisa a dimensão histórica das ações discursivas. (Wodak, 2003, 104)

Com base no pensamento da estudiosa, podemos dizer que nas fontes documentais históricas, a abordagem histórico-discursiva relaciona os textos com o seu contexto de produção, sobretudo o social e o político, de modo a identificar os elementos que materializam tipos específicos de discurso. Nesse sentido, essa abordagem se alinha à perspectiva adotada pela Filologia *lato sensu* Ximenes (2020), em que o foco reside no texto, com o objetivo de analisar dados linguísticos, correlacionando-os com informações sociohistóricas. Dessa forma, o enfoque de Wodak (2003) contribui para a realização de uma análise discursiva dos documentos, sem perder de vista as informações linguísticas, históricas e contextuais do nosso desses documentos.

Wodak (2003) ressalta que a sua abordagem histórico-discursiva possui caráter interdisciplinar, notadamente em razão de incorporar conhecimentos de outras áreas do saber, sobretudo do campo das ciências humanas, a fim de se estabelecer uma contextualização aderente ao que o texto representa. Para a autora, a análise do contexto histórico tem como elementos centrais o texto e o discurso, cujos elementos a serem analisados vinculam-se diretamente ao que se está pesquisando.

Ademais, Wodak (2016) ressalta que, desde a gênese da criação da abordagem histórico-discursiva, foi possível estabelecer dez princípios do método, entre os quais podemos citar dois que interessam ao presente trabalho: i) pesquisa de caráter eminentemente interdisciplinar, com especial ênfase na historicidade dos discursos; ii) combinação de perspectivas sobre o objeto de pesquisa, incluindo teorias, métodos e dados, aspecto que reforça o seu atributo interdisciplinar.

Na seção seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para este estudo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos percorridos na consecução deste trabalho, vinculam-se ao objetivo pretendido, motivo pelo qual executamos o trabalho da seguinte forma: inicialmente, abordamos o referencial teórico a partir do qual nos baseamos para as discussões analíticas, buscando realizar interfaces entre Filologia, léxico e discurso; o passo seguinte foi a realização da edição semidiplomática do texto manuscrito. A terceira etapa resumiu-se à seleção lexical do *corpus* de análise: para isso, utilizamos o software de estatística textual denominado *Léxico5*. A principal finalidade com o uso do *Léxico5* é facilitar a coleta das lexias de nosso *corpus*, principalmente no processo de vinculação dos elementos lexicais aos contextos frasais. Por fim, o último passo foi a análise dos dados.

Diante disso, as categorias de análise foram designadas considerando, de um lado, as características textuais e contextuais do *corpus* relativas ao objeto da pesquisa e, de outro, as perspectivas concernentes à abordagem metodológica de Wodak (2003; 2016), denominada de abordagem histórico-discursiva, contemplando 5 percursos analíticos: 1. Do ponto de vista linguístico, de que modo se nomeiam as pessoas e de que modo se faz referência a elas? 2. Que recursos, características, qualidades e particularidades se atribuem a eles? 3. Por meio de quais argumentos e de quais estratégias argumentativas algumas pessoas são tratadas ou como alguns grupos específicos são tratados, de modo a justificar e legitimar a exclusão, a discriminação, a supressão e a exploração de outros? 4. De qual perspectiva ou ponto de vista se expressam os rótulos, as atribuições e os argumentos? 5. Como se articulam abertamente as respectivas afirmações? São intensificadas ou atenuadas? E como os nativos são tratados, de modo a justificar e legitimar a dominação, a supressão, a exploração e a violência?

Esses direcionamentos são destinados à análise e contribuem para desvelar os discursos que se manifestam nos textos que compõem nosso *corpus*. O primeiro questionamento ressalta o aspecto da nomeação, os modos pelos quais os sujeitos mencionados nos textos são referenciados, trazendo, portanto, algumas pistas a respeito das intencionalidades discursivas. Uma categoria linguística da qual é possível lançar mão para poder trazer alguma possibilidade de resposta são os substantivos presentes no *corpus*, os quais servem para categorizar e se referir aos nativos. Já a pergunta dois direciona-se para o aspecto da descrição, os modos pelos quais os sujeitos são caracterizados discursivamente. Os adjetivos e segmentos frasais correlatos podem subsidiar nossa análise para nos auxiliar nessa identificação, em razão de evidenciarem uma apreciação discursiva a respeito dos sujeitos e grupos envolvidos e mencionados nos textos, cujas atribuições avaliativas podem ser positivas, negativas, ou até mesmo estereotipadas, principalmente a partir de uma separação entre o *nós* (positiva) e o *eles* (negativa), conforme apontou van Dijk (2015). A questão de número três direciona nossa atenção para as estratégias argumentativas que contribuem para validar discursivamente as relações de opressão praticadas contra os povos nativos. A categoria de análise que pode nos fornecer pistas para se chegar a essa resposta vincula-se à busca de identificação dos argumentos e das justificações de afirmações no decorrer dos textos a respeito dos

nativos, sobretudo, quando houver referência à normativa legal do Diretório. A pergunta quatro vincula-se à perspectiva através da qual as construções discursivas se originam. Por fim, a cinco relaciona-se à questão de ênfase e de atenuação em relação às afirmações a respeito dos sujeitos envolvidos na teia discursiva dos textos que analisamos.

A seguir, apresentamos a edição do documento. O modelo de edição filológica adotado foi o semidiplomático estabelecido pelo grupo de pesquisa *Práticas de edição de textos do estado do Ceará* – Praetece, cujas normas podem ser acessadas no seguinte endereço eletrônico: <https://praetece.wixsite.com/praetece>.

### 3.1 EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DO DOCUMENTO<sup>4</sup>

	Numero 19 <sup>o</sup>
	Illustrissimo e Excelentissimo Senhor
5	Como entre as diversas Ordens, que fazem objecto das Cartas de Officio que <i>Vossa Excelencia</i> me tem dirigido, huma das que constituem tambem parte do que devo praticar no meu governo, he o cuidado da civilização dos Indios a qual me pondera <i>Vossa Excelencia</i> tem sido a te agora tão mal praticada e entendida, não só por muitos motivos como principalmente por cauza da má escolha dos sujeitos empregados em Regentes das Aldeias Indias, a que tudo foi cauza da grande deserção, que os mesmos
10	Indios fizeraõ das Villas onde se achavaõ Aldeados, para os seus bosques donde primeiramente foraõ compelidos a sahir.
	He bem verdade, que esta porção dos habitantes da America, de nominados Indios occidentais, sofreraõ desde o seu descobrimento <i>muitas</i> oppressoens dos seus chamados protetores, e que estas subiraõ a hum grande ponto no tempo em que o império Jezuitico extendeo o seu vasto poder por todaa a parte. Saõ disto evidentes testemunhos as diversas Ordens e Alvaras com forsa de Lei dos Senhores Reis <i>Dom</i>
15	Pedro segundo, <i>Dom</i> João quinto, e <i>Dom</i> Jozé primeiro dirigidos aos Governadores destas Colonias a fim de coibir os procedimentos arbitrarios dos Jezuitas sobre os Indios seus dirigidos.
	Depois da extinção daquelle Corpo Religioso passou o exercicio desta proteção a os Regentes Seculares, ou Directores, cujas obrigaçoens se achaõ excelentemente prescriptas nos diversos Capitulos de que se compoem o Directorio que o Senhor Rei <i>Dom</i> Jozé mandou ordenar para servir de norma aos Directores no uso do seu em emprego. Saõ com efeito estes Capitulos fundados nos axiomas dos Direitos Natural e das Gentes. He tambem sobre elles, que Sua Magestade regulou as Ordens que respectivamente aos mesmos Indios <i>Vossa Excelencia</i> me dirigio em 28 de Agosto de 1798.
25	
30	Correndo pois hum véo aos efeitos, que a proteção tiranna dos Jezuitas exerceo sobre os Indios naqueles tempos, passando mesmo a ter nelles huma jurisdicção Civil, e Criminal, conta

<sup>4</sup> Optou-se por colocar apenas a edição semidiplomática sem a edição mecânica (imagem do documento) em razão do espaço do artigo.

35	as expressas determinaçoens do Direito Canonico, e votos Religiozos, e passando tambem em silencio os vexames, que os Regentes secu-
40	lares obraraõ em diversos tempos, depois que lhes succederaõ; passo a expôr a <i>Vossa Excelencia</i> o actual etado em que acheios Indios relativamente ao governo de seus Directores, ao modo com que se achaõ Aldeados ao emprego que fazem dos seus dirigidos, ao gráo de liberdade que possuem, e finalmente a vida social e sua educaçaõ Civil e Christã: hirei ao mesmo passo unindo a cada hum destes artigos as providencias respectivamente a-elles tenho aplicado.
45	Há pois dentro desta Capitania seis Villas de Indios, que são tres em distancia de tres legoas para menos desta Villa: a saber: Mecejana, Arronches e Soure; Monte Mór o Velho, Monte Mór o Novo da America, e Villa Viçoza Real; em distancia a primeira de nove legoas, e as ultimas, huma em trinta, e outra em noventa. Em todas ellas vivem com tranquilidade os Indios com os seus Directores, sem sem que a oppressão a te agora motivado grandes queixas, que necessitam de providencia maior. O mais dificultozo onus, que a os Directores incumbe he empregar os Indios no trabalho deque possaõ nutrir-se: Não há porêem sacrificio maior para hum Indio que este deve imposto pela Natureza a Humanidade. Tirallo dos seus bosques, arrancallo ao ocio, porhibir-lhe o furto, e o latrocinio, unillo com os mais homens nos vinculos da sociedade, são isto dificuldades, que eu talvez não erre chamando-lhe invensiveis.
50	O Indio huma vez, que o fruto do seu trabalho tem o valor de 60 <i>reïs</i> divideos com tres partes iguais, que aplica a tres objectos, a- goardente, farinha e tabaco de fumo, o que assim feito entrega-se a repouzo a te que o outro dia lhe faça sentir as mesmas necessidades.
55	Tenho ocorrido quanto me he possivel a este estranho modo deviver, Incumbindo aos seus Directores lhes persuadaõ o contrario, mostrando-lhes a utilidade de extenderem as vistas ao futuro, com trabalho antecipado, mostrando-lhes a habitaçaõ que o suor dos outros edificou, a abundancia, que para si e suas famílias adquirio; e que
60	o descanso so deve vir em consequencia do trabalho. Por isso a primeira origem da dizerçaõ dos Indios das suas Villas, e Aldeias para os bosques eu atribuo segundo a experiencia me faz vêr, áquelle natural pendor para o ocio mais profundo, e a constante repugnancia aviverem em sociedade civil. Aos mesmos
65	Directores, aos seus Parochos, Juizes, e Maioraes entre elles tenho intimado sempre usar de toda amilhor e mais branda persuasão para com elles a fim de mudarem, oumodificarem os efeitos de taõ tristes procedimentos.
70	Huma tambem das cauzas daquella dizersaõ parece ter sido o emprego dos Indios em serviços estranhos, a isto tenho obviado o mais que me he possivel recomendando muito aos Directores os não em preguem nelles, e dos outros que não forem desta natureza lhes façãõ pagar os seus selarios com toda a exactidaõ e não se entrome- taõ com o seu governo do mestico, nem lhes tomem os filhos para ser
75	viços estranhos.
80	

85  90	<p>A respeito da inteira liberdade, mas que não seja ofensiva as Leis, este artigo tenho eu cuidado tambem de pôr em execução segundo <i>Vossa Excelencia</i> me recomenda, porém como a interpretação restricta salvo sempre o espirito da mesma Ordem, me parece segundo observo ser nesta cazo assim precisa,, segundo ella me hirei conformando, em quanto os bons efeitos forem o seu resultado, por quanto huma Nação, que se assemelha muito a hum agregado confuzo de Homens barbaros e independentes, que não obedecem se não as suas paixoes particulares, a Regra, e á Sociedade, e á uzos constantes paresse estar precisamente nas circunstancias de se lhe aplicar muito esta restrição.</p>
95  100  105	<p>He outro objecto da mesma Carta de <i>Vossa Excelencia</i> a abertura de comercio de troca, que entre os Indios estabeleção algumas pessoas, no qual pratiquem a mais exacta boa-fé e lizura, e lhes dem aconhecer as vantagens que lhes devem rezultar da comunicação com os Europeus. He bem certo, que seria isto hum meio muito proprio, e efficaz, para sivilizallos, e dar-lhes a conhecer os bens da sociedade porém eu não tenho até agora descoberto nelles algumas inclinação para o fundamento deste estabelecimento: a saber: Hum trabalho voluntario sem mistura de forsa, e que produza algum efeito vizivel, que seja objecto deste Comercio, pois se no exercicio das forsas fizicas, e Moraes do homem empregadas em utilidade comum de seus semelhantes, he que consiste o fundamento de se conseguir aquelle fim. Se eu puder conhecer entre elles algum modo de executar o que <i>Vossa Excelencia</i> me Ordena empregarei as pessoas, que tenham as qualidades necessarias para obrarem entre elles o dito commercio e com as circunstancias que me são ponderadas.</p>
110	<p>Entre os diversos Capitulos do Directorio ha hum fundado na mais sã Jurisprudencia espirito da boa legislação, que vem a ser a decizaõ de plano sem estrepito forense, nem despesas nas cauzas dos Indios que tiverem perante os Juizes: a estes pois tenho posto de commum acordo ao perfeito, e saudavel cumprimento desta Lei.</p>
115  120	<p>A educação Civil e Christã dos Indios, que he outro artigo, não so das antigas Ordens dos Senhores Reis desse Reino, mas igualmente muito recomendada na mesma Carta de Officio da <i>Vossa Excelencia</i> como na mão daquelles em que está depositada huma porsão do poder sagrado, reside a obrigação do ensino da Religião e dos bons costumes, e os Pa Parochos sejaõ entre aquelles a quem de ordens positiva dos dois poderes Sagrado e Temporal incumbe este justissimo dever; por isso desde que tomei posse do meu Governo, foi este hum dos objectos que em nome de Sua Magestade muito lhes recomendei; que plenamente executassem.</p>
125	<p>Como todo o Indio, geralmente falando, he segundo o que tenho exposto hum agregado de indolencia absoluta, e de insencibilidade mesmo a aquella ambição que he justa, e que a Natureza infundio nos homens para fazer obrar muitas e utilissimas coizas não so a se mesmo, mais a sociedade, segue-se em consequencia desta total inercia o continuo costume de não edificarem cazas que os abrigue, e em que vivaõ, porquanto as que se fazem nas Villas onde estão aldeados são com-</p>

130	<p>mum a todos elles, e se denominaõ Cazas da Villa, por que saõ obrigados pelos Directores e pelo costume a concorrerem para a construcção del-          las: porêm passados alguns mezes de habitação sempre interrompidas          por digressoens ociosas para os bosques as desamparaõ, de sorte que a          mesma Villa he obrigada a vendellas com intervenção dos Directores          aos brancos, que só por este modo se conservaõ as mesmas cazas, que os</p>
135	<p>Indios fazem.</p> <p>Ninguem sabe que especie de persuazaõ invente para conven-          cer o Indio de que a habitaçãõ fixa he preferivel a os bosques, so es-          tes saõ as suas delicias so para elles fogem: nenhuma sensaçãõ lhes          faz o aspecto das suas choupanas demolidas, que os seus braços acaba-</p>
140	<p>acabaraõ ainda á pouco de levantar.</p> <p>Passando eu a examinar pessoalmente as tres Villas de In-          dios distantes desta Praça tres legoas para menos: Arron-          ches, Mecejana, e Soure, achei a primeira quazi toda arruinada, e avis-          ta disto dei logo as providencias necessarias para se reedificar, fazendo</p>
145	<p>que os Indios Aldeados nella por huma distribuição de trabalho          commum a levantem. Para este efeito ordenei ao Director os naõ          empregasse em serviço fora da Villa a te que as ruinas de que el-          la se compoem se convertaõ nas Cazas de que constava.</p>
150	<p>Como porêm as Villas que deixo nomiadas são mui peque-          nas e constantes de mui poucas Cazas, em breve tempo verei reedifi-          ca a dita Villa de Arronches, e depois extendo a mesma diligencia          a de Soure, que precisa igualmente do mesmo beneficio. Arespeito          das outras seguirei o mesmo sistema, e a quellas que exigirem mais prom=</p>
155	<p>pto reparo preferirei a sua necessidade a ordem da sua distancia empre-          gando-me incessantemente, e com actividade todas as minhas forças e vi-          gilancia, para nobom exito da execuçãõ das Ordens de <i>Vossa Excelencia</i> ter eu a-          quella satisfaçãõ, que só deve fazer o objecto das minhas vistas nesta          Capitania, que Sua Alteza Real commetteo ao meu Governo, e que          experimenta quotidianamente os saudaveis efeitos das Sabias Pro-          videncias de <i>Vossa Excelencia</i>.</p>
160	<p>Deos Guarde a <i>Vossa Excelencia</i> por muitos annos. Villa da          da Fortaleza de <i>Nossa Senhora</i> da Assumpção do Seará em o 1º de          Abril de 1800 /</p>
165	<p style="text-align: right;"><i>Vossa Excelencia</i></p> <p><i>Illustrissimo e Excelentissimo Senbor Dom</i> Rodrigo de Souza Coutinho          Subdito muito obrigado.</p>

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O referido documento, datado de primeiro de abril de 1800, trata-se de um officio, cujo emissor é o governador do Ceará Bernardo Manoel de Vasconcelos, tendo como destinatário Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário dos negócios da marinha e ultramar

do reino de Portugal. A fim de evidenciar o contexto sócio-histórico do texto, faz-se necessário destacar alguns elementos importantes, conforme a proposta de Bastos (2018).

O primeiro aspecto vincula-se ao gênero ofício. Bellotto (2002) ressalta que se trata de uma espécie documental com função informativa, cuja forma padronizada de comunicação ocorre entre autoridades da esfera estatal. Além disso, a autora afirma que o ofício não possui natureza diplomática; mesmo assim, sua redação é padronizada. A função básica desse tipo de texto, conforme Bellotto (2002), é abordar assuntos técnicos e administrativos, voltados para o âmbito institucional. Silva e Gonçalves (2017) enfatizam que o ofício assemelha-se à carta, porém de caráter profissional, podendo ser usado – hierarquicamente – de forma ascendente ou descendente.

O segundo aspecto relaciona-se aos sujeitos e instâncias administrativas envolvidos no texto. O emissor atuava como governador da capitania do Ceará. Diógenes (2016) ressalta que Bernardo Manoel de Vasconcelos foi o primeiro a governar o Ceará como capitania autônoma, haja vista que, por longo período, a administração destas terras era vinculada a Pernambuco. Vasconcelos era chefe de Esquadra da Armada Real, no reinado da Rainha Dona Maria I (Studart, 2004). Conforme afirma Lima (2016), o português Bernardo Manoel tomou posse na administração do Ceará em 1799. Nascido na Freguesia de São João Veríssimo de Lagares, conquistou representatividade no reino, já que foi nomeado Fidalgo Cavaleiro pelo alvará de 09 de dezembro de 1797, por Dona Maria I.

Outro fator a se destacar é o órgão para o qual o ofício se destina: a secretaria dos negócios da marinha e ultramar. Simões Júnior (2018) informa que essa secretaria de Portugal, fundada em 1736 por Dom João V, tinha como principal finalidade atuar como interlocutora entre o governo central e os governos coloniais. Desse modo, esse braço da coroa recepcionava grande parte das comunicações oficiais das colônias, operando diretamente com os negócios e demais ações dos governantes ultramarinos. Exatamente por isso que Bernardo Manuel de Vasconcelos dirigia-se ao secretário desse órgão. Simões Júnior (2018) ressalta o seguinte a respeito da referida secretaria:

A Secretaria do Ultramar, sob as ordens de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, havia, pois, se consolidado como uma das principais instâncias para a articulação de projetos e reformas para o império. Já não há grande novidade na constatação de que os secretários de D. Maria e de D. João VI atuaram como verdadeiros dirigentes do império. (Simões Júnior, 2018, p. 122)

Percebe-se, nesse sentido, a proeminência não somente da Secretaria do Ultramar, mas principalmente de Dom Rodrigo Sousa Coutinho, o qual comandava a secretaria no momento em que o ofício lhe foi enviado. É saliente, portanto, a vinculação entre o teor do documento e o seu destinatário, cuja relevância no contexto histórico, certamente, influenciava nas políticas exercidas sobre a colônia, principalmente em relação aos nativos.

É importante ressaltar que a correspondência em análise situa-se no contexto do Diretório Pombalino. Conforme destacamos na seção teórica deste trabalho, oficialmente

a legislação do Diretório encerra-se em 1798; como se nota, contudo, em terras cearenses, isso não se aplica, em razão de a administração dessa capitania ainda se utilizar dos ditames estabelecidos no dispositivo legal para governar os nativos locais, mesmo com a revogação da dita lei. Sobre isso, torna-se evidente que o governo central em Portugal tinha conhecimento acerca do uso da legislação pelo governo da capitania cearense, mesmo já tendo sido revogada por Portugal, já que o documento traz uma série de referências que indicam o uso do Diretório pela administração da capitania.

Diante desse cenário, para entender os direcionamentos presentes no texto, faz-se mister ressaltar que a alegada finalidade do Diretório dos “índios” voltava-se para a “civilização” dos nativos, isto é, incutir neles a adoção das práticas do colonizador, de modo que estes fizessem parte do rol de vassallos do reino. Diferentemente disso, na prática, o que se vislumbrava nessa tentativa de submetê-los aos padrões culturais da administração portuguesa era, através do Diretório, tutelar os “índios”, ao considerá-los incapazes de governarem a si próprios, pondo-os, dessa forma, em uma clara posição de inferioridade em relação aos demais “vassallos” do reino. Tal perspectiva se confirma no seguinte trecho:

A respeito da inteira liberdade, mas que não seja ofensiva as Leis, este artigo tenho eu cuidado tambem de pôr em execução segundo *Vossa Excelencia* me recomenda, porém como a interpretação restricta salvo sempre o espirito da mesma Ordem, me parece segundo observo ser nesta cazo assim precisa, segundo ella me hirei conformando, em quanto os bons efeitos forem o seu rezultado, por quanto huma Nação, que se assemelha muito a hum agregado confuzo de Homens barbaros e independentes, que não obedecem se não as suas paixoens particulares, a Regra, e á Sociedadade, e á uzos constantes pareesse estar precisamente nas circunstancias de se lhe aplicar muito esta restricção (l. 81-90)

Nessa referência aos nativos, ao discorrer sobre a liberdade no contexto do Diretório, o discurso do emissor considera ser necessário utilizar o entendimento de que o Diretório restringiu esse direito aos nativos, tendo em vista que a autoridade governamental emissora do documento considera que os nativos são guiados unicamente pelas suas paixões, resultado, na sua visão do colonizador, de um estado de completa barbárie. Dessa forma, é fundamental destacar que essa visão “comedida” quanto à garantia da liberdade a que os nativos poderiam usufruir sugere, na verdade, que a lei do Diretório era usada consoante os interesses do dominador e não dos dominados.

Correlacionando essas questões, após a breve exposição do contexto histórico do texto, voltamo-nos, doravante, para a análise discursiva do léxico presente no documento, a fim de identificar, discursivamente, os recursos utilizados para a construção do cenário elaborado pelo emissor.

Utilizamos o software *Léxico5* para a catalogação de informações lexicométricas. A fim de obter dados satisfatórios, foi necessário colocar todo o texto em letras minúsculas e juntar as palavras que estavam separadas por translineação.

Após esses procedimentos, submetemos o texto ao referido programa, chegando a um total de 756 formas lexicais, as quais contêm o número de ocorrências de cada uma delas. A partir desse resultado, o passo seguinte foi a classificação manual de termos vinculados ao contexto discursivo de dominação sobre os nativos. Dessa forma, o principal critério de seleção lexical foi o semântico.

**Quadro 1: elementos lexicais que situados em contexto discursivo de dominação contra os nativos**

Documento	Linhas	Contexto discursivo	Lexias
Ofício 769	12-14	He bem verdade, que esta porção dos habitantes da America, denominados <b>Índios</b> ocidentais, sofreraõ desde o seu descobrimento <b>muitas</b> oppressoens	Índios
	141-143	Ninguem sabe que especie de persuazaõ invente para convencer o Indio de que a habitaçaõ fixa he preferivel a os bosques, so estes saõ as suas delicias so para elles <b>fogem</b>	<b>Fogem</b>
	98-101	aconhecer as vantagens que lhes devem rezultar da comunicaçaõ com os Europeus. He bem certo, que seria isto hum meio muito proprio, e efficaz, para <b>sivilizallos</b> , e dar-lhes a conhecer os bens da sociedade	<b>Sivilizallos</b>
	74-76	persuasão para com elles a fim de mudarem, oumodificarem os efeitos de taõ <b>tristes procedimentos</b>	<b>tristes procedimentos</b>
	58-62	O Indio huma vez, que o fruto do seu trabalho tem o valor de 60 <b>reis</b> divideos com tres partes iguais, que aplica a tres objectos, agoardente, farinha e tabaco de fumo, o que assim feito entrega-se a repouzo a te que o outro dia lhe faça sentir as mesmas necessidades. Tenho ocorrido quanto me he possivel a este <b>estranho modo deviver</b>	<b>estranho modo deviver</b>
	89-93	por quanto huma Naçaõ, que se assemelha muito a hum <b>agregado confuzo</b> de <b>Homens barbaros</b> e independentes, que não obdecem se não as suas paixoens particulares, a Regra, e á Sociedade, e á uzos constantes parece estar precisamente nas circunstancias de se lhe aplicar muito esta restricão	<b>agregado confuzo, Homens barbaros</b>
	127-130	Como todo o Indio, geralmente falando, he segundo o que tenho exposto hum <b>agregado de indolencia</b> absoluta, e de <b>insencibilidade mesmo a aquella ambiçaõ</b> que he justa, e que a Natureza infundio nos homens para fazer obrar muitas e utilissimas coizas	<b>agregado de indolencia, insencibilidade mesmo a aquella ambiçaõ</b>

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

A seleção desses dados, coletados com o apoio do software *Léxico5*, possibilitou-nos a realização de reflexões acerca do discurso do colonizador presente no documento. Segundo o primeiro procedimento de Wodak (2003; 2016), podemos perceber que um aspecto a considerar, em relação ao modo de nomeação e referência aos nativos, é que o principal termo utilizado para referenciá-los é o substantivo *índio*. De um modo geral, linguisticamente, os nativos são citados a partir de uma situação de passividade, sendo alvos principalmente da consideração estereotipada por parte do enunciador sobre seus costumes e práticas. Nesse sentido, percebe-se que são desconsideradas as múltiplas especificidades das nações nativas, já que, ao agrupá-las em uma só denominação – *índios* –, propaga-se a ideia de redução desses povos autóctones a um amontoado de pessoas, cujas etnias são ignoradas. Tal perspectiva confirma-se no seguinte fragmento: “por quanto huma Nação, que se assemelha muito a hum agregado confuzo de Homens barbaros” (linhas 90-91).

Aliado a esse processo de nomeação, a caracterização – por meio de adjetivos e de termos correlatos – dos sujeitos citados no texto, corrobora a sistemática de oposição ideológica mencionada por van Dijk (2015), sobre a qual abordamos na seção teórica. Há, portanto, uma caracterização oposta entre *nós* x *eles*. Em relação ao *nós*, está situado no campo pertencente ao lugar ocupado pelo emissor do texto, que é o dominante, vislumbra-se uma descrição positiva, sendo ressaltada, através de adjetivações que expressam qualidades e virtudes, como as forma de tratamento *ilustríssimo e excelentíssimo senhor*. Já no âmbito do *eles*, representando os nativos, há uma série de elementos que direcionam para uma visão negativa a seu respeito. A evidência disso reside nas lexias utilizadas para descrevê-los, em que termos como *tristes procedimentos, estranho, agregado confuzo, Homens barbaros, indolencia, insensibilidade* apresentam uma ideia de sujeitos que seriam incapazes de se governarem sozinhos, indicando, assim, a necessidade de serem tutelados. Por outro lado, os termos e expressões usados para se referir ao *nós* positivo – *civilização, vantagens [...] comunicação com os Europeus, conhecer os bens da sociedade, boa legislação, utilíssimas coisas* – indicam uma autoafirmação dos sujeitos pertencentes ao lugar de poder ocupado pelo enunciador, que representa o colonizador.

Seguindo o percurso metodológico de Wodak (2003; 2016), no que se refere às estratégias argumentativas usadas para legitimar a dominação, a supressão, a exploração e a violência, há um estreito alinhamento entre elas e os termos linguísticos usados no processo de caracterização dos povos nativos. Isso se comprova em razão de – ao adjetivá-los com as lexias “Homens barbaros”, “agregado confuso” e demais elementos lexicais antes mencionados – sugerir-se a necessidade de eles serem dirigidos por alguém que seja responsável por orientá-los e guiá-los ao caminho da “sociedade”, “da civilização”; daí a justificação da figura do diretor das vilas de “índios”. É exatamente através do uso desses itens lexicais que a autoridade alega a imprescindibilidade de restringir o “grão de liberdade” em relação aos nativos. Assim, evidencia-se a concretização de um *estado de violência* imposto a esses povos, sobretudo por terem suas liberdades suprimidas pelo colonizador.

Desse modo, o ponto de vista sobre os nativos presentes no documento aponta para um processo de rotulagem, realizando generalizações a seu respeito. Um trecho que exemplifica tal fato é o seguinte:

Como todo o Indio, geralmente falando, he segundo o que tenho exposto hum agregado de indolencia absoluta, e de insencibilidade mesmo a aquella ambição que he justa, e que a Natureza infundio nos homens para fazer obrar muitas e utilissimas coizas não so a se mesmo, mais a sociedade, segue-se em consequencia desta total inercia o continuo costume de não edificarem cazas que os abrigue, e em que vivaõ, porquanto as que se fazem nas Villas onde estaõ aldeados são comum a todos elles, e se denominaõ Cazas da Villa, por que são obrigados pelos Directores e pelo costume a concorrerem para a construcção dellas: porêm passados alguns mezes de habitação sempre interrompidas por digressões ociosas para os bosques as desamparaõ, de sorte que a mesma Villa he obrigada a vendellas com intervenção dos Directores aos brancos, que só por este modo se conservaõ as mesmas cazas, que os Indios fazem. (l.122-135)

O trecho inicia com uma argumentação de causa e consequência, apontando a visão do enunciador sobre os costumes desses povos. No âmbito da causa, pelo fato de o nativo ser visto como totalmente indolente (léxico que indica ideia de preguiça, de ociosidade) e desprovido de ambição, o enunciador destaca que tal prática é contrária à própria natureza dos homens. Assim, essa rotulagem de indolência descaracteriza o modo de vida indígena e impõe a perspectiva de que eles se encontram em completo estado de ignorância e de incapacidade, indicando, mais uma vez a imperiosidade de eles serem tutelados, de modo a mudar esse comportamento. Já no que se refere ao âmbito da consequência, são apresentados os efeitos resultantes do cenário de indolência construído pelo emissor. Conforme sua ótica – que representa o viés colonialista –, os nativos costumam desamparar as casas das vilas e se direcionarem para os bosques, sendo necessária a intervenção dos diretores. Nesse ponto, é possível sugerir que essas práticas dos nativos indicam, na verdade, uma forma de resistência ao modo de vida imposto pelo colonizador, pois, ao recusarem viverem em casas separadas e se embrenharem nas matas, estão reafirmando sua rejeição à dominação. Portanto, há uma espécie de atenuação do modo de ser dos povos autóctones, com o intuito de reduzir suas ações a um estado de desorganização e incivilidade e que, por ser evidenciada como contrária à condição humana, não devem ser modificadas e substituídas por aquilo que faz parte do que é realizado pelo colonizador.

Portanto, vislumbra-se a efetivação de uma violência simbólica, conforme a classificação de Žižek (2014). Segundo o autor, esse tipo de violência entranha-se na linguagem e em suas formas, sobretudo através da imposição de um universo de sentido a partir da ótica dominante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso propósito, neste artigo, foi investigar os elementos lexicais de um documento, a partir da interface entre os estudos filológicos, lexicais e da Análise do Discurso Crítica, a fim de identificar o discurso de poder e de dominação contra os povos

originários. Para tanto, foram destacados termos e expressões do texto analisado que direcionavam para uma caracterização negativa dos povos nativos.

Tais elementos presentes no texto contribuíram para sugerir uma espécie de inferioridade dos nativos, no que se refere aos seus costumes e práticas, em relação aos europeus. Nesse sentido, uma das principais evidências dessa construção discursiva relaciona-se à separação – no plano do discurso – entre *nós* x *eles*. No caso do *nós*, situado no campo pertencente ao lugar ocupado pelo emissor do texto, constatou-se uma série de adjetivos e expressões correlatas que construíam uma descrição positiva, ao serem ressaltadas as qualidades e virtudes do colonizador. Já no âmbito do *eles*, representando os nativos, verificou-se a constância de elementos que direcionam para uma visão negativa a seu respeito, cuja evidência pôde se verificar nos léxicos utilizados para descrevê-los (*tristes procedimentos, estranho, agregado confuzo, Homens barbaros, indolencia, insensibilidade*).

Nesse sentido, os nativos foram apresentados como sujeitos que seriam incapazes de se governarem sozinhos, indicando, assim, a necessidade de serem tutelados. Percebeu-se, portanto, que essas construções linguísticas são representativas de um discurso de poder e de dominação do colonizador contra os povos nativos.

Dessa forma, consideramos que, ao desvelar discursos como esses que permeiam os documentos concernentes ao nosso passado colonial, contribuímos para a construção de uma visão crítica sobre esses textos, de modo a enxergá-los como produtos textuais situados historicamente em um contexto de poder e de dominação e que, por isso mesmo, devem ser alvo de problematização e questionamentos.

Além disso, pensamos no papel do filólogo em trazer textos históricos editados por meio dos métodos da Filologia para uma leitura crítica dos discursos revelados nesses textos, que nos permitem adentrarmos nas entranhas dos textos e nos labirintos da sociedade passada. Tal incursão nos pode revelar discursos que ainda têm muita validade na sociedade do presente e, por meio dos textos, poderemos ativar práticas discursivas que podem mudar as práticas sociais, por exemplo, promover a inclusão pela linguagem de grupos ou sujeitos que foram excluídos ao longo do tempo. Dessa forma, é possível optar por um fazer filológico engajado com as realidades do tempo tanto passado quanto presente.

Considerando que o discurso do colonizador atravessou os séculos, perdurando no tempo presente, pode ser, portanto, uma das causas do drama histórico vivenciado pelas nações indígenas e seus remanescentes – mesmo sendo tenazes nas suas resistências. Assim, a afirmação de Wodak (2003) de que os discursos históricos transitam ao longo dos séculos e constroem cenários de opressão, de violências e de preconceitos, através de estratégias argumentativas, adequa-se perfeitamente a essa questão, principalmente no que tange à ideia de que o nativo e suas práticas sociais e culturais estariam situadas no campo da selvageria e rusticidade e as ações colonialistas no âmbito do progresso, da civilização. Porém, como tem demonstrado os acontecimentos históricos, isso provocou, na verdade dor e sofrimento, sendo perfeitamente pertinente o pensamento de Ailton Krenak, ao destacar as consequências negativas do “insustentável abraço do progresso” (Krenak, 2019, p. 26).

## REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. **Lexicologia social**: a lexemática e a teoria dos campos lexicais. in. ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida T. C. de (org.). As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. v. VI. Campo Grande: Ed. UFMS, 2012.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios**: um projeto de “civilização” do século XVIII. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Ceará, cx. 13, doc. 769. 01/04/1800. Disponível em: [https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=006\\_CE&pagfis=6625](https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=006_CE&pagfis=6625). Acesso em: 13 de set. 2024.

BANZA, Ana Paula (2017). **Da antiga à nova Filologia**: práticas de edição de textos modernos. In Trachsler, Richard/Duval, Frédéric/Leonardi, Lino (éd.) (2017) : Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes (Nancy, 15-20 juillet 2013). Section 13 : Philologie textuelle et éditoriale. Nancy, ATILF: <http://www.atilf.fr/cilpr2013/actes/section-13.html>. Disponível em: <http://www.atilf.fr/http://www.atilf.fr/cilpr2013/actes/section-13/CILPR-2013-13-Banza.pdf>.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

DIÓGENES, Osmar. **Governantes do Ceará**: Colônia, Império e República. Revista do Instituto do Ceará, v. 130, n. 1, p. 123-134, anual, 2016. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/2016-2/>

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Os poderes da filologia**: dinâmica de conhecimento textual. Trad. Greicy Pinto Bellin e Claudia Regina Camargo. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2021.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRENAK, Ailton. **O insustentável abraço do progresso ou era uma vez uma floresta no Rio Doce**. In: DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leôni Chaves; CARDIM, Pedro (orgs.). Os indígenas e as justiças no mundo Ibero-americano (Sécs. XVI-XIX), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 19-26.

LIMA, Francisco Augusto de Araújo. **Siará Grande: uma província portuguesa no Nordeste Oriental do Brasil**. 4 volumes. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MATORÉ, G. **La méthode en lexicologie: domaine français**. Nouv. éd. Paris: Didier, 1973.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PORTUGAL. **Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário**. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1758. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518740>  
Acesso em: 10 jul. 2024.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SACRAMENTO, Ari; SANTOS, L. DE J. A Filologia como ética de leitura. **Revista da ABRALIN**, v. 16, n. 2, 26 abr. 2017.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Para que Filologia/Crítica textual? **Revista Acta**. Assis: vol.1, 2011.

SILVA, Adriana dos Santos; GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Edição semidiplomática de Ofícios: documentos históricos e a defesa da Bahia no século XVIII. In: **Cadernos do CNLF**, vol. XXI, n. 03, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2017. p. 1836-1856. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xxi\\_cnlf/cnlf/tomo2/0135.pdf](http://www.filologia.org.br/xxi_cnlf/cnlf/tomo2/0135.pdf). ISSN: 1514-8782.

SILVA, Maximiano de Carvalho. A palavra filologia e as suas diversas acepções: os problemas da polissemia. **Revista Confluência**. Rio de Janeiro: 2022, N. 23, <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1150>

SIMÕES JUNIOR, Mario Francisco. **As providências econômicas e os Secretários de Estado: considerações sobre a atuação dos ministros da monarquia portuguesa – século XVIII**. Faces da História, v.5, n°1, p. 103-126, jan.-jun., 2018.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual**. São Paulo: Cultrix, 1977.

STUDART, Guilherme. **Notas para a História do Ceará**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004, p.493-494. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1090>. Acesso em: 08 set. 2024.

VAN DIJK, T. A. Ideologia. **Letras de Hoje**, [S. l.], v. 50, n. 5, p. s53-s61, 2015. DOI: 10.15448/1984-7726.2015.s.23139. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23139>. Acesso em: 16 jul 2024.

VAN DIJK, Teun A.; MEDEIROS, Breno Wilson Leite; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 351–381, 2013. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v26i2p351-381. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/65164>. Acesso em: 15 jul. 2024.

WARREN, Michelle R. Posfilología. **Chuy. Revista de estudios literarios latino-americanos**, Granada, vol. 10, n. 15, p. 192-221, dez. 2023.

WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. 3rd rev. ed., 23–61. London, Thousand Oaks, CA, New Delhi: SAGE, 2016.

WODAK, R. El enfoque histórico del discurso. In: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Métodos del análisis crítico del discurso**. p. 101-142. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. e FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. (orgs.) **Linguagem em (Dis)curso**. Vol. 4, Número Especial. Tubarão, SC: Editora da Unisul, 2004. p. 223-243.

XIMENES, E. E. **Uma filologia lato sensu**: relatos de pesquisas no Ceará. Revista Diálogos, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 22–36, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/10761>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2014.

**Submetido em 10 de maio 2025**  
**Aceito para publicação em 28 de dezembro de 2025**